



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

RESOLUÇÃO 18/2023 - CONSUP/RE/IFAP

Aprova a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional - Campus Laranjal do Jari, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que constam no processo 23228.001302/2022-50, e as deliberações na 59ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do IFAP,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional - Campus Laranjal do Jari, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP. .

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Adrielma Nunes Ferreira Bronze**, Reitora em exercício - CD1 - GAB, em 25/04/2023 10:13:35.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/04/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 60111

Código de Autenticação: b9b96b5a9a





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU EM AGROEXTRATIVISMO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Modalidade Semipresencial

LARANJAL DO JARI – AP
2022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

**PROJETO PEDAGÓGICO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM
AGROEXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Modalidade Semipresencial

**LARANJAL DO JARI – AP
2022**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

EQUIPE DE ELABORAÇÃO - 2021

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida

Reitora

Decreto Presidencial de 02 de outubro de 2015

Romaro Antonio Silva

Pró-Reitor de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Portaria N° 754/2020/GR/IFAP

Lucilene de Sousa Melo

Diretor-Geral do Campus Laranjal do Jari/ Portaria n° 2033/2019/GR/IFAP

Michael Machado de Moraes

Diretor do Departamento de Ensino do Campus Laranjal do Jari/ PORTARIA N°1362/2020
- GAB/RE/IFAP

Deziane Costa da Silva

Coordenadora Pedagógica/ Portaria n° 910/2021-GAB/RE/IFAP

Cássyo Lima Santos

Coordenador do Curso de Especialização lato sensu em agroextrativismo e desenvolvimento regional/Portaria n°103/2021-SEC-GAB/DIGERAL/LRJ/IFAP

Jaceguai Soares da Silva

Vice-coordenador do Curso de Especialização lato sensu em agroextrativismo e desenvolvimento regional

Allana Fonseca de Souza/2017120010009

Representante discente/Matrícula:

Alain Roel Rodrigues dos Santos/2143476

Jonas Brito Campolina Marques/2328516

Suany Rodrigues da Cunha/1421299

Representante corpo docente

Alexandre Rodrigues da Silva Nunes/2388039

Anderson Pedro Bernardina Batista/3065062

Diego Armando Silva da Silva/1424702 Franciscleyton

dos Santos da Silva/1177238 Francisco Damazio de

Azevedo Segundo/2314973Jacklinne Matta

Correa/1809132

Jamille de Fátima Aguiar de Almeida Cardoso/2363144Jonas

de Brito Campolina Marques/2328516

Lucilene de Sousa Melo/2873269

Mábia Nunes Toscano/3007309

Marcos Alves Nicacio/2418310

Maria Otavia Bataglin Loureiro/2329612

Raimundo de Moura Rolim Neto/1837955

Raphael Leone da Cruz Ferreira/3087495 Suany

Rodrigues da Cunha/1421299 Wanderson Michel

de Farias Pantoja/1385054Welber Carlos Andrade

da Silva/2337970

Comissão de elaboração do projeto pedagógico de curso



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

EQUIPE REVISAO – 2022 - 2023

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida

Reitora

Decreto Presidencial de 02 de outubro de 2015

Romaro António Silva

Pró-Reitor de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Portaria Nº 754/2020/GR/IFAP

Lucilene de Sousa Melo

Diretor-Geral do Campus Laranjal do Jari/ Portaria nº 2033/2019/GR/IFAP

Michael Machado de Moraes

Diretor do Departamento de Ensino do Campus Laranjal do Jari/ PORTARIA Nº1362/2020
- GAB/RE/IFAP

Deziane Costa da Silva

Coordenadora Pedagógica/ Portaria nº 910/2021-GAB/RE/IFAP

Nubia Deborah Araujo Caramello

Coordenadora do Curso de Especialização lato sensu em agroextrativismo e desenvolvimento regional/ Portaria nº64/2022-SEC-GAB/DIGERAL/LRJ/IFAP

Diego Armando da Silva da Silva

Vice-coordenador do Curso de Especialização lato sensu em agroextrativismo e desenvolvimento regional

Allana Fonseca de Souza/2017120010009

Representante discente (turma 2021)/Matrícula

Dierlem Braga dos Santos/ 2022220320002

Representante discente (turma 2022)/Matrícula

Anderson Pedro Bernardina

Batista/3065062

Alain Roel Rodrigues dos Santos/2143476

Diego Armando Silva da Silva/1424702

Jacklinne Matta Correa/1809132

Jaceguai Soares da Silva

Jonas Brito Campolina Marques/2328516

Raimundo de Moura Rolim Neto/1837955

Welber Carlos Andrade da Silva/2337970

Colegiado do Curso / Portaria nº102/2022-SEC-GAB/DIGERAL/LRJ/IFAP

Nubia Deborah Araujo Caramello/3274990

Danilo Sorato de Oliveira Moreira/ 3269269

Diego Armando Silva da Silva/1424702

Jacklinne Matta Correa/1809132 Juliana

Eveline dos Santos Farias/1122833

Maicon Lemos Satheler/3248422

Lucilene de Sousa Melo/2873269

Raimundo de Moura Rolim Neto/1837955

Welton de Lima Coordeiro/2337970

Comissão participativa na reformulação do projeto pedagógico de curso/ Portaria nº85/2022-SEC-GAB/DIGERAL/LRJ/IFAP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	7
2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	8
2.1 Justificativa	8
3. OBJETIVOS	11
3.1 Objetivo Geral.....	11
3.2 Objetivos Específicos.....	11
4. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO	12
4.1.1 Público Alvo	12
4.1.2 Análise Documental e Curricular	13
4.1.3 Inscrição.....	13
4.1.4 Matrícula.....	14
4.1.5.2 Os casos omissos serão dirimidos pela coordenação do curso.....	15
4.1.7 Periodicidade das Aulas.....	16
4.1.8 Perfil Profissional do Egresso	17
4.2. Cronograma da Matriz Curricular.....	17
4.3. Processo de Avaliação do Desempenho do Acadêmico No Curso	18
4.3.1 Critérios de avaliação, etapas avaliativas e instrumentos de avaliação	18
4.3.2 Segunda Chamada Avaliativa, Reoferta e Reprovação	19
4.3.3 Período letivo especial (PLE)	19
4.3.4 Trabalho de conclusão de curso (TCC) através de artigo científico.....	19
4.4. INDICADORES DE DESEMPENHO	21
4.5. CERTIFICAÇÃO	22
4.6 ASPECTOS FINANCEIROS	23
4.7 METODOLOGIA DE ENSINO	23
4.7.1. Uso de Equipamentos e Material Bibliográfico	23
4.8. RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS.....	24
4.8.2 Biblioteca	24
4.8.3 Laboratórios	25
5. MATRIZ CURRICULAR.....	25



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

6. RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE	27
7. DESCRIÇÃO DAS EMENTAS E REFERÊNCIAS DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	29
7.1 CADEIAS PRODUTIVAS REGIONAIS E GESTÃO DE CUSTOS.....	29
7.2 PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	30
7.3 SANEAMENTO RURAL	31
7.4 MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO.....	33
7.5 AGROECOLOGIA E SISTEMAS AGROFLORESTAIS	35
7.6 Produção Cartográfica	37
7.7 METODOLOGIA CIENTÍFICA	39
7.8 MANEJO DE FLORESTAS NATIVAS NA AMAZÔNIA	41
7.9 MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS	42
7.10 ESTATÍSTICA EXPERIMENTAL	44
7.11 ETNOBOTÂNICA E BIOPROSPECÇÃO NA AMAZÔNIA.....	45
7.12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	49
8. DISCIPLINA OPTATIVA	50
8.1 SABERES, CULTURA, EDUCAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES NOS MODOS PRODUTIVOS NO SUL DO AMAPÁ.....	50



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Curso:	Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Agroextrativismo e Desenvolvimento e Desenvolvimento Regional
1.2. Tipo:	(x) aberto ao público () turma fechada- Órgão contratante
1.3. Nível:	Especialização Lato Sensu
1.4. Local de Realização:	Instituto Federal do Amapá – Campus Laranjal do Jari (IFAP/Laranjal do Jari)
1.5. Modalidade:	(x) presencial () distância
1.6. Horário de Funcionamento:	Matutino: das 8h00min às 12h:00 Vespertino: das 14h00min às 18h00min Noturno: das 18h00min às 22h00min
1.7. Início:	24/06/2022
1.8. Comissão de Construção do Curso	Portaria 045/2019/DIGER/IFAP Portaria 85/2020/SEC-GAB/DIGERAL/LRJ/IFAP
1.9. Comissão de Reformulação do Curso	Portaria 084/2022/SEC-GAB/DIGERAL/LRJ/IFAP
1.10. Coordenador do Curso	Nubia Deborah Araújo Caramello
1.11. Área de Conhecimento:	Multidisciplinar – Código 90000005 – CAPES/CNPq
1.12. Habilitação, Qualificações e Especializações:	Especialista em agroextrativismo e Desenvolvimento Regional
1.13 Carga horária	440 h
1.14. Número de Vagas:	Serão ofertadas 30 (trinta) vagas por ano, para composição de 1 (uma) turma por ano letivo.
1.15. Perfil dos Candidatos:	Qualquer Graduação em nível superior
1.16. Condições de Matrícula:	Ser aprovado no processo de seleção para o preenchimento das vagas, regulamentada por edital de seleção específico.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

O presente Projeto Pedagógico trata da criação do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional do IFAP - Campus Laranjal do Jari, tendo como escopo principal o fortalecimento das ações de produção sustentável de base agroextrativista na região do Vale do Jari.

As estratégias previstas neste PPC no que se refere aos itens curriculares e metodológicos têm em vista a formação de profissionais que possam desenvolver práticas agrícolas e de manejo na região, que visem a reorientação e fortalecimento de práticas mais sustentáveis para a produção de alimentos e geração de renda.

Verifica a contribuição que este curso pode propiciar à comunidade do Vale do Jari, no ponto de vista do aumento da produção agroextrativista na região, respeitando os limites que o meio ambiente possa nos oferecer, e assim, promover a educação ambiental para sensibilização da utilização dos recursos naturais disponíveis, proporcionando produção em nível satisfatório para o aumento da renda dos produtores rurais, sem exaurir os recursos ambientais.

Por meio desta ação, é reafirmado o compromisso do IFAP Campus Laranjal do Jari com a sociedade produtiva da região do Vale do Jari, considerando que o objetivo da oferta de Especialização em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional possibilitará o acesso da população à formação científica, o diálogo e a aproximação com os saberes, os desafios e as perspectivas ligadas a produção das comunidades da região.

2.1 Justificativa

A região do Vale do Jari, constituída pelos municípios do Laranjal do Jari e Vitória do Jari, Estado do Amapá, além do município de Almerim/Pará e seu distrito Monte Dourado, é formado por diversas comunidades que trabalham diretamente com atividades agrícolas e extrativistas. Em Laranjal do Jari, pelo menos dezenove comunidades sobrevivem do trabalho agroextrativista, segundo os dados do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá, em 2019. Ademais, nas últimas décadas os estudos têm indicado que a agricultura e o extrativismo correspondem a aproximadamente 70% da renda familiar em algumas comunidades de Laranjal do Jari.¹

O modelo produtivo que vem sendo praticado nas últimas décadas é, também, chamado de agricultura convencional entrelaçada em uma agropecuária tecnicista e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

cartesiana tanto no contexto educacional, tecnológico e científico. Nesse sentido, há necessidade de se buscar alternativas, que apresentem e caminhem para uma sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural.

Desta forma, o agroextrativismo surgiu como uma ferramenta capaz de conciliar manejo sustentável e produtivo em ecossistemas, como é o caso do contexto amazônico. No Brasil, apenas nos últimos 16 anos o governo federal passou a intensificar ações voltadas para o agroextrativismo, a partir da Lei de Agricultura Orgânica, Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e da Instrução Normativa Conjunta Nº 17, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Meio Ambiente, de 28 de maio de 2009, definindo, portanto, o agroextrativismo como a combinação de atividades extrativas com as técnicas de cultivo, criação e beneficiamento. Além disso, tem importante impacto social visto que em parte se baseia no uso de técnicas e saberes desenvolvidos a partir da relação dos povos tradicionais e comunidades com o conhecimento dos ecossistemas e as condições ecológicas.

De acordo com dados do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP¹, em Laranjal do Jari existem mil e noventa e sete agricultores e extrativistas que sobrevivem diretamente do agroextrativismo, os quais devem ser inseridos dentro da proposta de sustentabilidade trazido pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 e 11, presentes na Agenda 2030 (ONU, 2015) e focando na “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, bem como na construção de “Comunidades e Cidades Sustentáveis”, tornando esses espaços mais resilientes. Isso implica em contribuir com práticas e percepções de sustentabilidade aplicável, considerando que, esse número pode ser ainda maior, uma vez que os dados oficiais fazem referências às localidades assistidas pelas ações de assessoramento do referido instituto. As localidades assistidas possuem diferentes atividades agrícolas, estendendo o seu manejo desde plantação nativa àquelas que são derivadas da intervenção e controle humano. Vale ressaltar que a agricultura de cada comunidade atende a requisitos próprios de determinada região, tipo de solo e proximidade com rios ou igarapés.

Ainda de acordo com dados recolhidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá em Parceria com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá e Instituto Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Laranjal do Jari, há uma

¹ SOUSA, Walter Paixão. A dinâmica dos sistemas de produção praticados em uma Unidade de Conservação de Uso direto na Amazônia – a Reserva Extrativista do Rio Cajari no Estado do Amapá. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará: Belém, 2006.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI
diversidade de culturas de manejo, como por exemplo a mandioca, a macaxeira, o cupuaçu, manga, bacaba, açaí, pupunha, laranja, banana, melancia, entre outros.

Nesse contexto, diante das pesquisas efetuadas, verificou-se o predomínio em todas as comunidades do manejo da mandioca, sendo destinada não somente à produção externa, mas ao próprio consumo interno, acompanhada de atividades extrativas. Ademais, culturas como o cupuaçu, tornar-se um produto também de forte investimento agrícola na região, ocupando papel de destaque entre as cadeias produtivas, assim como o açaí (nativo e cultivado) produto tipicamente da floresta amazônica, tem lugar de destaque na produtividade, uma vez que consiste como um dos principais alimentos da população da região Norte, como também, chega a ser exportado para outros estados e países.

A análise socioeconômica regional se faz necessária, a fim de que se compreenda o papel destinado ao agroextrativismo enquanto mecanismo de inserção de centenas de famílias camponesas no processo produtivo gerando renda e construindo novos paradigmas na relação homem e meio ambiente, o que pode ser traduzido na produção de bens para o consumo interno, distribuição de renda e uso de práticas sustentáveis relacionadas aos saberes tradicionais das populações amazônicas. Vale lembrar ainda da ascensão do mercado de produtos naturais e orgânicos, o qual segue uma tendência mundial de aumento da demanda por produtos e serviços que proporcionam saúde e bem-estar.

O curso terá ainda o papel de formar profissionais cidadãos que devam desempenhar atividades técnico-científicas que respeitem os conhecimentos tradicionais dos povos da região do Vale do Jari, discutindo conhecimentos científicos que garantam e demonstram um elevado grau de responsabilidade socioambiental e cultural. Principalmente no que refere ao uso dos meios naturais e ecologicamente sustentáveis que expressam a produtividade econômica dos diversos segmentos da cadeia produtiva do setor agroextrativista, sem causar danos negativos ao ambiente. Promovendo assim, a segurança alimentar, a perpetuação da agrobiodiversidade, o desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio ambientalmente sustentável, socialmente justo e economicamente viável para as diversas categorias sociais que vivem na região.

Nesse sentido, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – Campus Laranjal do Jari busca compreender as peculiaridades regionais e locais com o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

objetivo de preencher as lacunas formativas nos âmbitos ético-profissional, científico e tecnológico, no campo do agroextrativismo, enfatizando a necessidade de ofertar o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em *Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional*, contribuindo, assim, para a formação de profissionais com o perfil voltado para o desempenho de atividades de produção sustentável aliada à biodiversidade local e a implantação direta e indireta de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Por sua vez, o novo curso atende ao processo de verticalização do ensino no IFAP, visto a oferta já existente de cursos de graduação como Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Administração, Engenharia Florestal e Tecnologia em Gestão Ambiental. Portanto, o curso de *Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional* atende à Resolução CNE/CES Nº. 01 de 06 de abril de 2018, organizado de acordo com o regulamento que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, em nível de especialização; aos objetivos estabelecidos para os Institutos Federais na Lei Nº. 11.892/2008, no âmbito da pós-graduação *Lato Sensu*; e a Resolução IFAP nº 07, de 08 de janeiro de 2019, que regulamenta os Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* a serem ofertados pelo IFAP.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Capacitar profissionais para atuarem na elaboração e execução de projetos Agroextrativistas Sustentável e Desenvolvimento Regional na região do Vale do Jari e sua zona de influência, contribuindo para a formação de profissionais com o perfil voltado para o desempenho de atividades de produção sustentável aliada à biodiversidade local e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

3.2 Objetivos Específicos

□ Pesquisar, desenvolver e difundir tecnologias apropriadas para as diversas áreas de desenvolvimento rural sustentáveis, com responsabilidade social, ambiental e econômica;

□ Proporcionar espaço para construção de uma formação holística em processos de base agroextrativistas;

|| Contribuir para consolidação do desenvolvimento sustentável local e regional;

|| Possibilitar o acesso ao conhecimento de técnicas agroextrativistas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI
sustentáveis ao público em geral;

- ☐ Promover o estudo de fenômenos ambientais e suas inter-relações com as atividades de produção agroextrativistas;
- ☐ Fomentar pesquisas que fortaleçam o processo de transição entre o modelo agroextrativista exploratório ao sustentável;
- ☐ Formar profissionais para a elaboração e execução de projetos agroextrativistas com o objetivo de compatibilizar o desenvolvimento econômico, social e meio ambiente equilibrado de acordo com a Agenda 2030;
- ☐ Fortalecer a capacitação de profissionais para a assistência técnica junto às propriedades rurais, em especial as pequenas, de forma a aumentar a oferta de produtos e reduzir a sazonalidade de produção;
- ☐ Fortalecer os vínculos com a agricultura familiar e o agroextrativismo, promovendo a socialização do conhecimento construído pelos agricultores, com a comunidade acadêmica e escolar;
- ☐ Promover o diálogo entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento tradicional, valorizando a relação cultural, étnica e ancestral estabelecida entre as comunidades rurais locais com os rios e as florestas.

4. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

4.1. Processo Seletivo

4.1.1 Público Alvo

Estudantes graduados, portadores de diplomas devidamente reconhecidos, validados e/ou revalidados por órgão competente do Ministério da Educação ou designado por este, em todas as áreas de conhecimento, que no ato da matrícula apresentem a documentação exigida no edital de Seleção. Sendo, portanto, obrigatório para ingresso no curso a apresentação de documentos de comprovação de conclusão do ensino superior.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Prever, obedecendo os critérios de seleção no edital, atender ao público interno de servidores docentes e/ou técnicos administrativos do IFAP, neste caso, além de ser portador de diploma ou documento comprobatório de conclusão de curso superior devidamente reconhecido, o candidato deverá comprovar ainda vínculo com a instituição.

Caso houver parcerias com Instituições Privadas ou Pública, ficará a cargo de critérios estabelecidos em edital, em conjunto com termo próprio explicitando contrapartida da instituição parceira. Fica-se estabelecido o princípio da capacitação profissional para atender as parcerias alcançadas para um público específico, em atenção ao Art. 12 da Resolução Nº 07/2019 CONSUP/IFAP.

4.1.2 Análise Documental e Curricular

Deverá ser realizada em três etapas em consonância com o Art. 44 da Resolução 07/2019 CONSUP/IFAP, sendo estas de caráter eliminatória e classificatória, realizada por meio de:

- Análise Documental de acordo com a exigência proposta na Resolução 07/2019 e normativas do Edital de seleção próprio;
- Análise do *Currículo Lattes* atualizado e comprovado, carta de intenção, contendo comprometimento em participar das aulas tanto na plataforma digital como presencial dentro do cronograma proposto junto ao esboço do projeto a ser submetido de no mínimo 5.000 e no máximo 8.000 caracteres (sem espaço) (anexo A); e

Essas etapas serão desempenhadas por uma comissão formada de pelo menos três docentes pertencentes ao quadro da pós-graduação, nomeados pelo diretor do campus, que farão a proposição de critérios de análise devidamente divulgados no edital de seleção. O resultado divulgará a classificação de todos os candidatos aprovados em ordem decrescente da pontuação obtida e terão direito de acesso ao curso somente aqueles classificados dentro do número de vagas divulgadas em edital. No caso de empate, o edital de seleção apresentará critérios de classificação.

4.1.3 Inscrição

O candidato deverá inscrever-se no processo seletivo no período pré-estabelecido



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI
(a ser divulgado via edital próprio, sendo responsabilidade dos interessados estarem atentos a página do IFAP), sem taxa de inscrição e disponibilizar os documentos exigidos em local específico, definidos no edital do processo seletivo.

4.1.4 Matrícula

O candidato classificado/aprovado dentro do número de vagas divulgadas no edital de seleção deverá efetuar a matrícula no Departamento de Registro Escolar do IFAP, Campus Laranjal do Jari, dentro do prazo estabelecido no edital, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- ☐ Formulário de matrícula;
- ☐ Fotocópia de documento oficial de identidade e de Cadastro de Pessoas Físicas;
- ☐ Fotocópia do diploma de conclusão de curso de graduação ou declaração de conclusão de graduação emitida pelo setor competente;
- ☐ Cópia do histórico escolar de graduação;
- ☐ Fotocópia do título eleitoral (dispensado no caso de estrangeiro);
- ☐ Fotocópia do comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral referente à eleição mais recente, ou certidão eletrônica de quitação com a Justiça Eleitoral (dispensado no caso de estrangeiro);
- ☐ 1 (uma) foto 3x4;
- ☐ Declaração de vínculo no caso de servidores docentes ou técnico-administrativos do IFAP;
- ☐ Outros documentos prescritos em edital próprio.

4.1.5 Segunda Chamada

A segunda chamada poderá ocorrer, caso ocorra desistência ou cancelamento de vagas convocadas mediante as seguintes situações:

- A. Verificação dos dados de candidatos convocados não corresponderem ou não forem apresentados para atenderem às exigências para matrícula;
- B. Desistência de matrícula, por candidatos convocados na primeira chamada;
- C. Não realização da primeira disciplina, sem apresentar justificativa formalizada por e-mail encaminhado à coordenação da pós-graduação no máximo 5 dias após a ausência.

4.1.5.1 A ausência dos pós-graduando nas atividades dos pós poderá ser justificada, com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

consequente reposição de conteúdo ou de avaliação, nas seguintes situações: I – convocação por necessidade do serviço, devidamente fundamentada pelo titular do órgão de lotação do aluno; II - impossibilidade de comparecer por motivo de saúde própria, comprovada por atestado médico. III – licenças previstas nos regimes jurídicos únicos dos servidores públicos quando aplicável, que impeça a presença; IV – por motivo de guarda religiosa, conforme previsto na Lei n. 13.796/2019, mediante prévio e motivado requerimento, e caso de força maior.

4.1.5.2 Os casos omissos serão dirimidos pela coordenação do curso.

4.1.6 Carga Horária e Organização das Aulas

O curso de especialização *lato sensu* terá duração de três semestres e será desenvolvido de forma semipresencial, podendo ser organizada com 40% da carga horária em atividades teóricas *online* e 60% em atividades teóricas-práticas em encontros presenciais. O curso será organizado conforme a grade curricular, orientado na relação teoria-prática como princípio fundamental para um fazer pedagógico baseado em atividades práticas interdisciplinares, seminários, produção de artigos científicos e relatórios técnicos, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos.

As atividades online serão realizadas na plataforma virtual de aprendizagem, Plataforma Moodle, onde se buscará as melhores práticas pedagógicas e o desenvolvimento de competências, além de utilizar os recursos da plataforma, como chats, fóruns de discussão, leitura de textos e estudo dirigido, vídeos produzidos pelos docentes. Tendo como princípio o uso de Metodologias Ativas. Sendo responsabilidade dos pós-graduandos o acesso a mesma e realização das atividades propostas, quando não conseguir acesso deverá comunicar a coordenação do curso via e-mail institucional, para que medidas cabíveis seja tomada evitando comprometimento da participação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Os encontros presenciais serão realizados no IFAP - Campus Laranjal do Jari ou em atividades de campo, propostas no plano de ensino do docente, tendo como objetivo a troca de conhecimentos, integração social, além da aplicação da teoria com a prática conforme a necessidade de cada disciplina. Estas aulas deverão ocorrer duas vezes ao mês com seus componentes curriculares distribuídos ao longo de três semestres. As aulas presenciais ocorrerão de quinta a sábado conforme apresentado no quadro a seguir.

Dia da semana	Matutino	Vespertino	Noturno	Total
Quinta-Feira			18h:00 às 22h:00	4 hs
Sexta-Feira			18h:00 às 22h:00	4 hs
Sábado	08:00 às 13h:00	14h:00 às 18h:00		9 hs
TOTAL				17hs

A estrutura curricular de cada curso abrangerá uma sequência lógica de componente curricular e atividades, cuja integralização é pré-requisito parcial para o recebimento do certificado de especialista. Entender-se-á como componente curricular o conjunto de estudos e atividades, correspondentes a um plano de ensino e programa, desenvolvidos em um período contínuo.

O plano de ensino de cada componente curricular será elaborado pelo professor ou grupo de professores e deverá ser entregue à coordenação do curso anteriormente ao início de suas atividades docentes. Devendo o plano de ensino ser inserido na plataforma AVA, para que os discentes possam interagir com a dinâmica da organização do conteúdo, avaliações e referências indicadas.

O material na plataforma deve ser postado preferencialmente 15 dias antes da aula presencial, constando ao menos uma das atividades avaliativas digitais a partir do material disponibilizado. E outra atividade avaliativa a partir da interação presencial de docente e discente.

4.1.7 Periodicidade das Aulas

As aulas presenciais acontecerão preferencialmente por meio de encontros quinzenais,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

a exceção de casos excepcionais (feriados e/ou questões regionais como enchente e seus impactos na acessibilidade ao campus), conforme o quadro de horários apresentado na sequência. Caso o professor programe atividades de campo e precise de um novo reordenamento do horário de sua disciplina deve apresentar para a coordenação do curso no plano de aula, preferencialmente 15 dias antes de ocorrer a aula presencial.

Dessa forma o curso de Pós-Graduação deverá ter a duração mínima de 12 (doze) e tempo máximo de 18 (dezoito) meses, condicionado a integralização de todas as disciplinas e aprovação da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Salvo, quando por razões já apresentadas sejam necessário alterar o período, não considerando os que os alunos forem impedidos de estarem no campus.

4.1.8 Perfil Profissional do Egresso

O concluinte do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Agroextrativismo e Desenvolvimento e Desenvolvimento Regional, oferecido pelo IFAP campus Laranjal do Jari deve possuir na sua formação valores éticos, sociais, culturais e políticos refletidos em sua prática profissional. Assim, deverá ser capaz de atuar na área do Agroextrativismo Sustentável em unidades familiares, comunidades, grupos sociais, organizações não governamentais e nas esferas públicas, procurando alternativas para melhorar os modelos existentes. Além disso, deverá ser capaz de integrar diferentes saberes e competências por meio da utilização de instrumentos teórico-metodológicos e práticos capazes de garantir a sustentabilidade de unidades Agroextrativistas e assim contribuir para o fortalecimento do desenvolvimento rural regional.

4.2. Cronograma da Matriz Curricular

MÓDULOS	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA	HORA-AULA PRESENCIAL (60MIN)	CARGA HORÁRIA A TOTAL
MÓDULOS I	Cadeias produtivas e Gestão de Custo	17h	23h	40h
	Planejamento e Gestão de Projetos de Desenvolvimento Regional	13h	17h	30h
	Saneamento Rural	13h	17h	30h
	Manejo e conservação do solo	13h	17h	30h
	Agroecologia e Sistemas	13h	17h	30h



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

	Agroflorestais			
	Produção cartográfica de representação de pesquisa em agroextrativismo	17h	23h	40h
	Sub-total	86h	114h	200h
MÓDULOS II	Metodologia científica e Letramento acadêmico	13h	17h	30h
	Manejo de florestas nativas na Amazônia	13h	17h	30h
	Manejo e uso sustentável dos recursos hídricos	13h	17h	30h
	Estatística Experimental	13h	17h	30h
	Etnobotânica e Bioprospecção na Amazônia	13h	17h	30h
	Amazônia, sociedade e desenvolvimento regional	13h	17h	30h
	Sub-total	78h	102h	180h
MÓDULOS III	TCC	60h		60h
Sub-total		60h		
Total		440 h		

4.3. Processo de Avaliação do Desempenho do Acadêmico No Curso

4.3.1 Critérios de avaliação, etapas avaliativas e instrumentos de avaliação

Os critérios de avaliação da aprendizagem são partes integrantes do processo de formação do futuro profissional na área do conhecimento do curso, devendo ser: sistemático, processual, qualitativo, quantitativo e por etapas avaliativas caracterizadas e distribuídas no semestre por um elenco de atividades avaliativas.

Para efeito de avaliação, será seguido, conforme os artigos 23 e 24 da Resolução Nº 07/2019 CONSUP/IFAP, que regulamenta sobre os cursos de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal do Amapá:

Art. 23 A avaliação de rendimento acadêmico será feita por componente curricular, abrangendo aspectos de assiduidade, (iniciativa, autonomia e interesse) e aproveitamento. § 1º Entende-se por assiduidade a frequência às atividades correspondentes a cada componente curricular, ficando reprovado o acadêmico que não comparecer a um mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) das atividades. § 2º Considerar-se-á aprovado nos componentes curriculares, o acadêmico que apresentar no desempenho das atividades desenvolvidas nota igual ou superior a 7,0 (sete). A nota mínima só poderá ser diferente a 7,0 (sete), quando por motivos especiais estiver justificada no projeto pedagógico do curso e, obtiver parecer favorável da coordenação de Pós-Graduação.

Art. 24 A critério do professor, a avaliação em cada componente curricular se fará por um



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

ou mais dos seguintes meios de aferição: avaliação oral ou escrita, produção científica individual ou coletiva, seminários, projetos e relatórios, assim como a participação geral em atividades do componente curricular, devendo ser expressa, em resultado final, por meio de notas que variam de 0 (zero) a 10 (dez).

4.3.2 Segunda Chamada Avaliativa, Reoferta e Reprovação

O acadêmico que faltar a uma das avaliações, poderá requerê-la em segunda chamada, desde que apresente justificativa, até 5 (cinco) dias úteis após sua realização, ficando, a critério do professor, a designação de data. O conteúdo da avaliação em segunda chamada será o mesmo da avaliação em primeira chamada. O acadêmico poderá requerer uma única vez, por componente curricular, a avaliação em segunda chamada.

Será ofertado em caso excepcional a reoferta de disciplinas no final de cada semestre, a depender da disponibilidade de docentes dessas disciplinas. Tendo direito de realizá-la somente os que ficarem em até duas disciplinas, caso ainda sim o pós-graduando tenha ficado reprovado novamente, caberá exclusivamente ao acadêmico a obtenção de crédito no mesmo componente curricular ou em componente curricular afim “caberá exclusivamente ao acadêmico a obtenção de crédito no mesmo componente curricular ou em componente curricular afim em outro curso ou turma de pós-graduação do Ifap ou outra Instituição de Ensino Superior, devendo requerer seu aproveitamento nos termos do Capítulo VII, Parte V, da Resolução Nº 07/2019 CONSUP/IFAP, e dentro do prazo máximo de integralização do curso.”

4.3.3 Período letivo especial (PLE)

Considera-se o período letivo regular a oferta dos componentes curriculares por semestre conforme matriz curricular e calendário acadêmico, elaborados pela Instituição.

O Período Letivo Especial (PLE) consiste na oferta de componente curricular, sem redução de carga horária e aproveitamento, e será ofertado, mediante decisão técnico-administrativa, de acordo com os casos previstos nas Regulamentações Institucionais do IFAP. A qual poderá atender, a necessidade de oferta especificada no item 4.3.2.

4.3.4 Trabalho de conclusão de curso (TCC) através de artigo científico.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui parte integrante do currículo do curso, sendo, desta forma, de caráter obrigatório à diplomação do discente, sendo o mesmo regido por normas de regulamento de TCC do IFAP.

O desenvolvimento do TCC corresponderá a uma carga horária de 60 horas, para efeitos de contabilização da carga horária total e será desenvolvido por meio de pesquisa orientada. Deverá ser apresentado em forma de artigo científico de revisão teórica, estudo de caso, ou com resultado de pesquisa de campo e sua elaboração deve estar em conformidade com as Normas da ABNT.

A elaboração e desenvolvimento do TCC em formato de artigo científico deve ser individual, bem como sua apresentação, sendo o discente obrigatoriamente orientado por um docente pertencente ao quadro da pós-graduação Lato Sensu em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional do IFAP. O orientador é o professor, com titulação mínima de mestre, destinado ao acompanhamento do aluno para a produção do trabalho de conclusão de curso. No caso em que no curso houver servidores, o aluno que for servidor não poderá ser configurado como orientador ou coorientador e nem participar das bancas de defesas tanto de outros servidores como também de outros alunos da turma.

O discente deverá elaborar e apresentar um plano de atividades, aprovado por seu Docente Orientador de TCC, além de participar de reuniões periódicas com seu Docente Orientador.

A solicitação para defesa do artigo científico deverá vir acompanhada de 4 (quatro) exemplares da versão preliminar e de encaminhamento do orientador, comunicando à coordenação do curso que o artigo científico está em condições de ser julgado pela banca examinadora. O acadêmico deverá realizar uma exposição pública do artigo científico em tempo mínimo de 25 (vinte e cinco) minutos e máximo de 30 (trinta) minutos, podendo utilizar-se dos recursos didáticos que julgar necessário.

O discente realizará a apresentação do seu TCC perante uma banca examinadora, composta por no mínimo três membros, sendo Docente Orientador (presidente da banca) e mais dois membros avaliadores que poderão ser um docente do quadro permanente do IFAP Campus Laranjal do Jari e/ ou por um docente ou pesquisador da grande área de formação do curso com titulação mínima de mestre previamente autorizado pelo coordenador do curso, sendo esta realizada em sessão pública.

A arguição de cada membro da banca examinadora terá duração máxima de 15 (quinze) minutos, dispondo ao acadêmico de tempo igual para resposta. Havendo interesse das partes envolvidas, a arguição poderá ser conduzida em forma de diálogo, sendo de 30 (trinta) minutos o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

tempo máximo disponível para cada membro da banca.

A banca avaliadora atribuirá nota de 0,00 (zero) a 10,00 (dez). A nota para aprovação é de 7,00 (sete) pontos. Deverá indicar ainda a apreciação dos trabalhos, com indicação de aprovação: sem ressalva, com ressalvas, não aprovado.

No caso de aprovação com ressalvas será concedido ao aluno o prazo de, no máximo 30 (trinta) dias corridos a contar da data da apreciação do TCC para o cumprimento das exigências da banca avaliadora, em comum acordo com o orientador, o acadêmico fará as correções necessárias e entregar a coordenação de curso 3 exemplares da versão final, e no caso de não aprovado, o aluno/acadêmico deve obrigatoriamente repetir a componente curricular, desenvolver outro trabalho monográfico na forma de artigo científico no prazo máximo de 60 dias, orientado por um professor do quadro docente da pós-graduação.

O aluno que não defender o TCC em 18 (dezoito) meses, contados a partir da data de início do curso, não poderá solicitar prorrogação de matrícula, ficará sujeito à penalidade de não receber a devida certificação ou diploma do referido curso. Casos específicos e legalmente justificados serão observados em colegiado, mediante consulta a Pró-Reitoria de Pesquisa do IFAP.

Como exigência e critério para defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, o discente deverá obrigatoriamente realizar submissão de um artigo científico em revista especializada indexada, com Qualis/CAPES mínimo B, preferencialmente B1 não devendo ser superior a B4. A submissão do artigo científico deverá ser feita em coautoria com qualquer professor pertencente ao quadro da Pós-graduação Lato Sensu em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional. O modelo de apresentação seguirá, por razões de normalização, a estrutura de artigos científicos, baseada na Resolução n. 34/2022/CONSUP/RE/IFAP, item 4 referente "TCC em Formato de Artigo Científico" (p. 54-60).

4.4. INDICADORES DE DESEMPENHO

Para avaliar o desempenho do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Agroextrativismo e Desenvolvimento e Desenvolvimento Regional serão fixados alguns indicadores para avaliação global do programa de pós-graduação:

- Ocupação de vagas ofertadas: 100%;
- Índice máximo de evasão de alunos: 20%;
- Produção científica dos docentes e discentes ao final do curso: 15 trabalhos (resumos (resumo simples e expandido), artigos (publicada em revista ou capítulo de livros), patentes, registros



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI
de *software*, desenvolvimento de aplicativos e trabalhos de conclusão);

- Média de desempenho de alunos: Nota 8,0;
- Participação dos discentes e docentes em eventos e projetos de Extensão na região: 50% dos envolvidos;
- Parcerias firmadas com associações, instituições públicas ou privadas que auxiliem no desenvolvimento regional: 2 por turma.

Posteriormente serão elaborados relatórios ao final do curso de cada turma, com objetivo de avaliar os indicadores e prever ajustes de conduta.

4.5. CERTIFICAÇÃO

Os certificados serão emitidos pelo IFAP ao aluno concluinte do curso, aprovado em todas as suas etapas e recebimento de todos os documentos de avaliação, bem como, obtenção do conceito “aprovado” no Trabalho de Conclusão do Curso, de acordo com calendário e demais regras estabelecidas, conforme definido neste projeto pedagógico. Assim, será conferido o certificado de Especialista em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional pelo IFAP/Campus Laranjal do Jari, pelo conforme o disposto na Resolução Nº 07/2019 CONSUP/IFAP, que regulamenta sobre os cursos de Pós-graduação Lato Sensu do Instituto Federal do Amapá.

Para obtenção do título de especialista o acadêmico deverá ter integralizado os créditos do curso, obtido frequência de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista, apresentado e defendido o artigo científico, o qual deverá ser entregue à Coordenação do Curso em um total de 3 (três) exemplares, na versão definitiva, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da defesa.

Os certificados de conclusão de curso de Pós-graduação Lato Sensu devem mencionar a área de conhecimento do curso e serem acompanhados do histórico escolar, no qual deve constar obrigatoriamente:

- I – Relação das disciplinas, carga horária, nota obtida pelo acadêmico e, nome e qualificação dos professores por elas responsáveis;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

II – Período, local de realização do curso, carga horária total e créditos obtidos; III – Título do artigo científico.

Ao término de cada curso de Pós-graduação Lato Sensu, os coordenadores encaminharão ao Registro Escolar os nomes dos acadêmicos que deverão receber os certificados e toda documentação relativa ao curso.

4.6 ASPECTOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros do curso de pós-graduação em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional serão previstos de acordo com a Lei Orçamentária Anual - LOA do Instituto Federal do Amapá, bem como toda a estrutura física do campus Laranjal do Jari, descrita nos itens 4.7 e 4.8 deste presente Projeto Pedagógico de Curso, alinhados com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFAP.

4.7 METODOLOGIA DE ENSINO

Ao longo de 12 a 18 meses do curso, seguirá a relação teoria-prática como princípio fundamental à condução da estrutura curricular, conduzindo-a com um fazer pedagógico adaptado às realidades locais durante todo percurso da formação. Este fazer será construído partindo-se dos conhecimentos prévios dos alunos, sendo este o ponto de partida para os professores de modo a construir estratégias de ensino da interação e diálogo entre o conhecimento empírico e o acadêmico. Neste sentido, o processo de ensino aprendizagem assume dimensões mais amplas, formando profissionais críticos e comprometidos com as necessidades regionais.

Assim, a metodologia seguida para atingir os objetivos propostos integrados a grade curricular, deverá assegurar uma formação diferenciada para cada perfil profissional. Para isso, deverá ser considerado no processo de formação características específicas de cada discente, necessitando dessa forma, de adoção de procedimentos didático-pedagógicos especiais que possam contribuir para suas construções intelectuais e procedimentais.

4.7.1. Uso de Equipamentos e Material Bibliográfico

O curso será ministrado de forma semipresencial, sendo na etapa presencial utilizado todos os recursos disponíveis no campus, como data show, computadores, vídeo aulas, caixa de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

som, apostilas, material didático de apoio, biblioteca etc. Na etapa online, ficará a cargo de cada professor gerir e inserir as atividades para os alunos na plataforma Moodle, devendo o mesmo (aluno) realizar estas atividades conforme o cronograma da disciplina.

4.8. RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS

4.8.1 Ambientes Administrativo e Pedagógico

Conta com salas de Aula, de Professores, de Coordenação de Curso; Salas do Setor de Assistência ao Estudante (SAE), sala de Coordenação de Registro Acadêmico, sala de Direção de Ensino; Sala de Departamento de Apoio ao Ensino (Setor Pedagógico): de Departamento de Pesquisa e Extensão, de Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE e s ala de Direção Geral/Secretaria de Gabinete: Estações de trabalho, poltronas com braços e rodízios, rack, armários médios, mesa redonda, cadeiras acolchoadas, impressora, mesa de apoio, nobreak, computadores com acesso à internet, central de ar, data-show e gaveteiros.

Possui estrutura de acessibilidade: Demarcação tátil nos pisos dos corredores, bem como rampa de acesso ao segundo piso, permitindo que pessoas com deficiência física ou dificuldade de mobilidade tenham acesso ao prédio do IFAP/*campus* Laranjal do Jari;e com ginásio poliesportivo: composto por quadra oficial com arquibancadas, piso, com telas de proteção em metal, tabelas de basquete, salas de aula, sala de grupos de pesquisa, sala de coordenação, vestiários, banheiros, copa e salas para atividades desportivas.

4.8.2 Biblioteca

A Biblioteca do IFAP – *Campus Laranjal do Jari* está instalada em um ambiente com espaços reservados aos serviços técnicos e prestação de serviços aos usuários. O horário de atendimento é das 07:30 horas às 21:30 horas, de segunda a sexta-feira. A biblioteca conta com o trabalho de bibliotecários, técnico-administrativos e a participação de alunos bolsistas e/ou estagiários no apoio às atividades de empréstimo e organização deste espaço.

O acervo existente atualmente, contempla títulos destinados ao curso e áreas afins, atualizado periodicamente com o intuito de disponibilizar para a sociedade estudantil e acadêmica. Estes são destinados para consulta e empréstimo, conforme regulamentação vigente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

da Biblioteca.

A Biblioteca opera por meio de um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal de consulta ao acervo, que propicia aos estudantes consultas dos títulos existentes. O acervo está dividido por áreas de conhecimento conforme Classificação Decimal de Dewey, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as disciplinas do curso. Dispõe ainda o acesso remoto ao Portal de Periódicos da CAPES.

Oferece serviços de empréstimo, consultas, renovação, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos e orientação bibliográfica.

4.8.3 Laboratórios

O IFAP campus Laranjal conta com a seguinte estrutura de laboratórios para realização das atividades práticas do curso, tais como: Laboratório de Informática- EAD, Laboratório de Informática- 01, Laboratório de Informática- 02, Laboratórios de florestas, Laboratórios de química e meio ambiente, Laboratórios Histologia e Microbiologia, e Laboratórios aula prática (Trilha ecológica Wajãpi).

5. MATRIZ CURRICULAR

5.1 RELAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES E DOCENTES

A matriz curricular apresentada a seguir a relação de componentes curriculares (não necessariamente na ordem em que serão ministrados, considerando a disponibilidade docente) e suas respectivas cargas horárias e os docentes habilitados que se prontificaram a ministrá-las.

1º SEMESTRE				
MATRIZ CURRICULAR		CH	CHS	DOCENTES HABILITADOS
1	Cadeias produtivas regionais e Gestão de custo	40	2	Professores Titulares Dr. Diego Armando Silva da Silva Msc. Alain Roel Rodrigues Santos Convidados Msc. Aristóteles Pantoja de Almeida



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

2	Planejamento e Gestão de Projetos de Desenvolvimento Regional	30	2	Professores Titulares Doutorando Welber Carlos Andrade da Silva Dra. Darley Calderaro Leal Matos Msc. Janderson Henrique Mota de Sousa. Dra. Nubia Déborah Araújo Caramello
3	Saneamento Rural	30	2	Professor Titular Prof. Msc. Raimundo de Moura Rolim Neto Convidados Esp. Andre Bacelar Rodrigues
4	Manejo e conservação do solo	30	2	Convidados Dr. Flávio José Rodrigues Cruz Msc Rosivaldo Cordeiro de Araujo
5	Agroecologia e Sistemas Agroflorestais	30	2	Professores Titulares Dra. Juliana Eveline dos Santos Farias Convidados Msc. Rosivaldo Cordeiro de Araujo
6	Produção cartografica de representação de pesquisa em agroextrativismo	40	2	Convidados Dr. Flávio José Rodrigues Cruz Esp. Andre Bacelar Rodrigues Dr. Anderson Pedro Bernardina Batista
Total da carga horária		200 horas		

Obs. Todos docentes convidados manifestaram interesse em integrar quadro de docentes via doc google forms e que tem interesse em compartilhar disciplinas com os docentes titulares.

2º SEMESTRE				
MATRIZ CURRICULAR		CH	CHS	DOCENTES HABILITADOS
1	Metodologia Científica e Letramento Acadêmico	30	2	Professores Titulares Dra. Darley Calderaro Leal Matos Msc. Janderson Henrique Mota de Sousa Convidados Esp. Andre Bacelar Rodrigues
2	Manejo de florestas nativas na Amazônia	30	2	Professores Titulares Dr. Diego Armando Silva daSilva Dr. Anderson Pedro Bernardina Batista
3	Manejo e uso sustentável dos recursos hídricos	30	2	Professora Titular Dra. Nubia Déborah Araújo Caramello Dra. Fernanda Pereira Martins Convidados Msc. Andre Bacelar Rodrigues Dr. Wallace Júnio Reis
4	Amazônia, Sociedade e Desenvolvimento Regional	30	2	Professores Titulares Msc. Juliana Eveline dos Santos Farias Msc. Letícia Pereira Barriga



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

				Msc. Maicon Lemos Sathler Msc. Manoel Raimundo dos santos Msc. Welber Carlos Andrade da Silva Convidados Dr. Wallace Júnio Reis
5	Estatística Experimental	30	2	Professores Titulares Dr. Anderson Pedro Bernardina Batista Dra. Darley Calderaro Leal Matos Msc. Michael Moraes
6	Etnobotânica e Bioprospecção na Amazônia	30	2	Professora Titular Msc. Juliana Eveline dos Santos Farias
Total da carga horária		180 horas		

Obs. Todos docentes convidados manifestaram interesse em integrar quadro de docentes via doc google forms e que tem interesse em compartilhar disciplinas com os docentes titulares.

3º SEMESTRE				
MATRIZ CURRICULAR	CH	CHS	DOCENTE	
1	TCC – Artigo Científico	60	3	Professor (a) Orientador (a) e Coorientador (a)

6. RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE

6.1 QUADRO DOCENTE COM TITULAÇÃO

O discente terá atendimento qualificado em razão do quadro docente disponível.

Professor(a)	Titulação	Área de Formação/Função	Regime de trabalho	Lattes
André Bacelar Rodrigues	Esp.	Engenharias/Docente	SUBST	http://lattes.cnpq.br/1906470875847437
Alain Roel Rodrigue dos Santos	Mestre	Ciências Humanas/Docente/ Coord. Administração Superior	DE	http://lattes.cnpq.br/4713636911186547
Anderson Pedro Bernardina Batista	Doutor	Engenharias/Docente	DE	http://lattes.cnpq.br/7496500321002933
Aristóteles Pantoja de Almeida	Mestre	Ciências Sociais /Docente	SUBST	http://lattes.cnpq.br/9362808530087115
Darley Calderaro Leal	Doutora	Engenharias/Docente	DE	http://lattes.cnpq.br/5662855369412594



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Diego Armando Silva da Silva	Doutor	Engenharias Florestal/Docente	DE	http://lattes.cnpq.br/7306351915828921
Flávio José Rodrigues Cruz	Doutor	Engenharias/Docente	SUBST	http://lattes.cnpq.br/0255249624668229
Fernanda Pereira Martins	Doutora	Ciências Exatas e da Terra/Docente (Porto Grande)	DE	http://lattes.cnpq.br/6428064112182072
Janderson Henrique Mota de Sousa	Mestre	Ciências Sociais/Docente/Coord. Pesquisa e Extensao.	DE	http://lattes.cnpq.br/8767598975995284
Juliana Eveline dos Santos Farias	Doutora	Engenharias/Docente /Docente/Coord. Eng. Florestal	DE	http://lattes.cnpq.br/0961027146051545
Maicon Lemos Sathler	Mestre	Ciências Humanas/Docente/Coor. Meio Ambiente	DE	http://lattes.cnpq.br/7007618347123782
Manoel Raimundo Dos Santos	Mestre	Ciências Sociais/Técnico Educacional	DE	http://lattes.cnpq.br/2202715806519273
Michael de Moraes	Mestre	Ciencias exatas/ Docente/Departamento de Ensino/Pesquisa/Extensao	DE	http://lattes.cnpq.br/0677695244716525
Nubia Déborah Araújo Caramello	Doutora	Ciências Humanas/ Docente/Coor. Pós Agroextrativismo Desenvolvimento Regional	DE	http://lattes.cnpq.br/8155132371455051
Raimundo de Moura Rolim Neto	Mestre	Engenharias/Docente/ PPCD	DE	http://lattes.cnpq.br/4605474898368356
Rosivaldo Cordeiro de Araujo	Mestre	Engenharias/Docente	SUBST	http://lattes.cnpq.br/6602508686528947
Wallace Júnio Reis	Doutor	Engenharias/Docente	SUBST	http://lattes.cnpq.br/2084890964594730
Welber Carlos Andrade da Silva	Mestre	Ciências Humanas/Diretor Executivo de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação PROEPPI/IFAP	DE	http://lattes.cnpq.br/7849699211134224

*DE – Dedicção exclusiva

Percentual da composição docente

37% de Doutores= 7

58% de Mestres= 11

5% de Especialistas= 1

85% de Homenes= 16


15% de Mulheres= 3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

7. DESCRIÇÃO DAS EMENTAS E REFERÊNCIAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

7.1 CADEIAS PRODUTIVAS REGIONAIS E GESTÃO DE CUSTOS

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ CAMPUS LARANJAL DO JARI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRO EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
1. Identificação do Componente Curricular			
Código	MATRIZ CURRICULAR	CH Teórica	CH Prática
	CADEIAS PRODUTIVAS REGIONAIS E GESTÃO DE CUSTOS	20	20
PERÍODO	1º SEMESTRE		
2. Ementa			
Bases conceituais para uma visão sistêmica das cadeias produtivas. Empreendedorismo e gestão de custo.		Principais cadeias produtivas locais.	
3. Bases Científica e Tecnológica			
Unidades e Discriminação dos Temas			
UNIDADE I	1. Bases conceituais para uma visão sistêmica das cadeias produtivas: Introdução a cadeias produtivas. Bases conceituais - mercado e segmentação, visão prognóstica eAnálise diagnóstica de cadeias produtivas. Análise e desempenho das cadeias produtivas. Análise prospectiva de cadeias produtiva.		
UNIDADE II	2. Principais cadeias produtivas locais: Cadeias produtivas de produtos madeireiros e não madeireiros: Cadeia da Madeira e seus derivados; Cadeia do Açaí, Cipó-Titica e Castanha da Amazônia.		
UNIDADE III	3. Empreendedorismo e gestão de custo: Estudos de caso sobre as cadeias produtivas locais. Características do Empreendedorismo. Plano de negócios. Análise da demonstração do fluxo de caixa e outras ferramentas financeiras para gestão de custo das cadeias produtivas.		
4. Referências			
Referência Básica: BORGES, Candido (Org.). Empreendedorismo sustentável . São Paulo: Saraiva, 2014. HIGMAN, S.; MAYERS, J.; BASS, S.; JUDD, N.; NUSSBAUM, R. Manual do Manejo Florestal Sustentável . Viçosa: editora UFV, 2015. 398 p. RIGAMONTE-AZEVEDO, O.C., WADT, P.G.S.& WADT, L.H.O. Copaíba: ecologia e produção de óleo resina . Rio Branco, Documentos 91, Embrapa. 28p. 2004.			
Bibliografia Complementar: CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração . 9 ed. São Paulo: Manole, 2014. COGAN, Samuel. Custos e preços: formação e análise . São Paulo : Pioneira, 2002. FROELICH, J. M. Desenvolvimento Rural: Tendência e Debates Contemporâneos . ABRANTES, J. Associativismo E Cooperativismo. Editora Interciência. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos . São Paulo: Atlas, 1998. MONZONI M. Impacto em renda do microcrédito . São Paulo: Peirópolis. ROCHA, M.T.; DORRESTEIN, H.; GONTIJO, M.J. Empreendedorismo em Negócios Sustentáveis .Fundação Petropolis, 2005. SCHNEIDER, P.R. Manejo Florestal: Planejamento da Produção Florestal . Santa Maria: CEPEF/FATEC/UFSM. 2002. 492p.			




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

7.2 PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DOAMAPÁ CAMPUS LARANJAL DO JARI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGROEXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. Identificação do Componente Curricular			
Código	MATRIZ CURRICULAR	CH Teórica	CH Prática
	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	15	15
PERÍODO	1º SEMESTRE		
2. Ementa			
Desenvolvimento regional. Planejamento e o processo de tomada de decisão. Diagnóstico de realidades sociais, produtivas e econômicas do meio rural. Elaboração de projetos de desenvolvimento rural: estrutura e etapas de operacionalização. Análise e avaliação crítica de projetos de desenvolvimento rural.			
3. Bases Científica e Tecnológica			
Unidades e Discriminação dos Temas			
UNIDADE I	Emergência do debate sobre desenvolvimento rural no Brasil. Teorias de Desenvolvimento Rural Sustentável. Instrumentos de planejamento estratégico direcionados às atividades rurais.		
UNIDADE II	Projetos de desenvolvimento rural: antecedentes e definições básicas. Estrutura básica de um projeto: Elaborando o diagnóstico. Ferramentas do diagnóstico. Metodologia do projeto e inovações metodológicas. Sistemas de monitoramento e avaliação.		
UNIDADE III	Desenvolvimento de projeto de extensão rural a comunidade agroextrativista, envolvendo: visita técnica e redação de relatório técnico.		
4. Referências			
Referência Básica ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. ARAÚJO, Luis Augusto. Planejamento de propriedades rurais : livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2013. BRACAGIOLI Neto, Alberto. Planejamento e gestão de projetos para o desenvolvimento rural . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.			
Referência Complementar SABOURIN, E. 2002. Desenvolvimento rural e abordagem territorial : Conceitos, estratégias e atores In: Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais : Conceitos, controvérsias e experiências. Sabourin Eric (ed.), Teixeira Olivio Alberto (ed.). Petrolina : EMBRAPA, pp. 21-37. ISBN 85-7383-152-9 ADISSI, P. J.; PINHEIRO, F.A; CARDOSO, R. S. Gestão Ambiental de Unidade Produtivas . São Paulo: Campus Editora, 2012. CONTADOR, C.R. Projetos sociais: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental e externalidades . 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI
7.3 SANEAMENTO RURAL

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ CAMPUS LARANJAL DO JARI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRO EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. Identificação do Componente Curricular			
Código	MATRIZ CURRICULAR	CH Teórica	CH Prática
	SANEAMENTO RURAL	15	15
PERÍODO	1º SEMESTRE		
2. Ementa			
Saneamento e Saúde; Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário e Manejo de Resíduos Sólidos Aplicados ao Meio Rural Amazônico. Estudos de casos e trabalhos de campo.			
3. Bases Científica e Tecnológica			
Unidades e Discriminação dos Temas			
UNIDADE I	1. Saneamento, Saúde e Ambiente: Introdução ao estudo de saúde e meio ambiente; histórico do saneamento e da saúde pública; principais formas de disseminação de doenças relacionadas à falta de saneamento; prevenção às doenças disseminadas pela falta de saneamento; custo financeiro relacionado à falta de saneamento básico; panorama do saneamento rural brasileiro; Política Nacional do Saneamento Básico e o Programa Nacional de Saneamento Rural. Desafios para a implantação de sistemas descentralizados: desafio ambiental; desafio econômico; desafio social e cultural e desafio de gestão.		
UNIDADE II	2. Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário e Manejo de Resíduo Sólido no Meio Rural Amazônico: Água e sua qualidade; padrões de potabilidade; escolha do manancial abastecedor; noções sobre as tecnologias aplicadas ao tratamento de água no meio urbano; estudo da demanda por água potável; tecnologias simplificadas de tratamento de água de abastecimento e suas aplicações no meio rural amazônico. Quantificação das águas residuárias; aspectos físico-químicos e microbiológicos; padrões de emissão de efluentes; soluções tecnológicas aplicadas ao tratamento de esgoto sanitário no meio rural; gestão dos resíduos do sistema de tratamento de águas residuárias do meio rural. Panorama dos resíduos sólidos; definição, tipo e classificação; desafios para gestão, o gerenciamento e o manejo integrado de resíduos sólidos no meio rural, tratamento e reaproveitamento de resíduos; disposição final de rejeitos.		
UNIDADE III	3. Estudos de casos e trabalhos de campos: Apresentação de casos de sucesso relativo ao saneamento rural contemplando água, esgoto e resíduos sólidos. Trabalhos de campos no Meio Rural Amazônico.		
4. Referências			
Referência Básica			
PHILIPP JUNIOR, Arlindo (Ed.). Saneamento, Saúde e Ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2005. 1020 p. (Coleção Ambiental).			
TONETTI, Adriano Luiz et al. Tratamento de Esgotos Domésticos em Comunidades Isoladas: referencial para a escolha de soluções. Campinas: Unicamp, 2018. 153 p. Disponível em: < http://www.fec.unicamp.br/~saneamentorural/wp-content/uploads/2018/11/Livro-Tratamento-de-Esgotos-Dom%C3%A9sticos-em-Comunidades-Isoladas-ilovepdf-compressed.pdf >. Acesso em: 27mar. 2019.			
BRASIL. FUNASA. Manual de saneamento, 3ª ed. Brasília: 2006.			
Referência Complementar			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

BARROS, Regina Mambeli. **Tratado de Resíduos Sólidos:** gestão, uso e sustentabilidade. São Paulo: Interciência, 2013. 357 p.

METCALF; EDDY. **Tratamento de Efluentes e Recuperação de Recursos.** 5. ed. Porto Alegre: AMGH 2016. 2008 p. Tradução: Ivanildo Espanhol e José Carlos Mierzwa.

VON SPERLING, Marcos. **Introdução à Qualidade das Águas e ao Tratamento de Esgoto.** 4. ed. Belo Horizonte: Ufmg, 2014. 240 p.

BRASIL. FUNASA. **Manual de saneamento**, 3ª ed. Brasília: 2006.

Silva, Wilson Tadeu Lopes da. **Saneamento básico rural.** (ABC da Agricultura Familiar, 37) – Brasília, DF : Embrapa , 2014. 68 p



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

7.4 MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO

	<div>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</div> <div>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</div> <div>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ</div> <div>CAMPUS LARANJAL DO JARI</div> <div>CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRO EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL</div>		
1. Identificação do Componente Curricular			
Código	MATRIZ CURRICULAR	CH Teórica	CH Prática
	MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO	15	15
PERÍODO	1º SEMESTRE		
2. Ementa			
Constituintes do sistema solo. Gênese, intemperismo e processos de formação. Manejo das propriedades químicas e físicas para manutenção da sustentabilidade do solo. Utilização de métodos quantitativos para avaliação da qualidade do solo. Identificação e práticas de controle dos processos erosivos. Práticas de conservação do solo. Uso de sistemas de manejo que preservam a qualidade do solo. Movimento da água no solo e sua disponibilidade às plantas.			
3. Bases Científica e Tecnológica			
Unidades e Discriminação dos Temas			
UNIDADE I	1. Introdução à ciência do solo. Composição do solo (fase sólida, líquida e gasosa). Intemperismo das rochas (químico e físico). Fatores de formação do solo. Processos de formação do solo.		
UNIDADE II	2. Manejo do Solo. Manejo químico do solo: Fertilidade do solo e produção agrícola; Acidez e correção do solo; Elementos requeridos pela nutrição de plantas; Método de coleta e amostragem do solo. Avaliação da fertilidade do solo e recomendação de adubação; Manejo de adubação. Manejo físico do solo: Textura; Estrutura; Água no solo; Métodos físicos para avaliação da qualidade solo.		
UNIDADE III	3. Práticas conservacionistas. Erosão (geológica, hídrica e eólica). Práticas de caráter vegetativo. Práticas de caráter edáfico. Práticas de caráter mecânico. Sistemas de manejo do solo.		
4. Referências			
Referência Básica: NOVAIS, R. F.; ALVAREZ V, V. H.; BARROS, N. F.; FONTES, R. L. F.; CANTARUTTI, R. B.; NEVES, J. C. L. Fertilidade do Solo. Viçosa: editora Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007. 1017p. BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do Solo. São Paulo: editora Ícone, 2012. 55p. KLEIN, V. A. Física do Solo. Passo Fundo: editora UPF, 2014. 263p.			
Referência Complementar ALBUQUERQUE, J. A.; REINERT, D. J; FIORIN, J. E; RUEDELL, J; PETRERE, C.; FRONTINELLI, F. Rotação de culturas e sistemas de manejo do solo: Efeito sobre a forma de estrutura do solo ao final de sete anos. Revista Brasileira de Ciência do Solo. Campinas, v.19. N. p 115-119, 1993.			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

AMARAL, C.; PORTO JR. **Condicionantes geológicas na instabilidade de encostas, o exemplo da estrada do soberbo, Alto da Tijuca, Rio de Janeiro.** IN: Boletim de Resumos do 1º Simpósio de Geologia do Sudeste. Rio de Janeiro, 1989.

ANDRADE, M. H. N. **Retroanálise do escorregamento da encosta do cactáreo do Jardim Botânico. Dissertação de mestrado em engenharia civil.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 184p. Rio de Janeiro, 1990.


BARCELOS, A. A., CASSOL, E. A., DENARDIN **Infiltração de Água em um Latossolo Vermelho-Escuro Sob Condições de Chuva Intensa em Diferentes Sistemas de Preparo.** Revista Brasileira do Solo, Campinas, v. 2, p. 35-43, 1999.

Van LIER, Q. J. **Física do Solo.** Viçosa: editora Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2010. 298p.

Pré-requisito: Não há



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI
7.5 AGROECOLOGIA E SISTEMAS AGROFLORESTAIS

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ CAMPUS LARANJAL DO JARI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRO EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
1. Identificação do Componente Curricular			
Código	MATRIZ CURRICULAR	CH Teórica	CH Prática
	AGROECOLOGIA E SISTEMAS AGROFLORESTAIS	15	15
PERÍODO	1º SEMESTRE		
2. Ementa			
História e importância dos modelos agroecológicos de cultivo. Práticas de manejo agroecológico. Evolução dos sistemas agroflorestais. Desenvolvimento de uma agrofloresta. Composição e arranjos agroflorestais. Espécies em potencial na Amazônia. Construção de um SAFS.			
3. Bases Científica e Tecnológica			
Unidades e Discriminação dos Temas			
UNIDADE I	2. Introdução à agroecologia. História da agricultura. Princípios agroecológicos e processos de transição. Importância da agroecologia. Sistemas alternativos de produção. Manejo ecológico do solo. Manejo ecológico de pragas e doenças de plantas. Manejo ecológico de plantas daninhas. Compostagem e técnicas de propagação de plantas.		
UNIDADE II	2. Introdução aos sistemas agroflorestais - SAFS. Conceito, história e evolução dos sistemas agroflorestais. Importância de espécies arbóreas em sistemas de produção integrados. Vantagens e desvantagens dos SAFS. Ciclagem de nutrientes. Sucessão vegetal e desenvolvimento dos SAFS. Manejo de sistemas agroflorestais.		
UNIDADE III	3. Práticas Agroflorestais Composição dos SAFS (Agrossilvicultural, Silvipastoril, Agrossilvipastoril). Arranjos temporais (sequenciais e simultâneos). Espécies com potencial produtivo em SAFS na Amazônia. SAFS biodiversos. Planejamento e execução de um sistema agroflorestal.		
4. Referências			
Referência Básica: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. N. Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517 p. THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA, J. N. Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 234p. GAMA RODRIGUES, A. C. Sistemas agroflorestais: Bases científicas para o desenvolvimento sustentável. Brasília: Embrapa. 2006. Referência Complementar ARMANDO, M. S. et al. Agrofloresta para agricultura familiar. Circular técnica nº. 16. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. Brasília/DF, 2002. LUNZ, A. M. P. Quintais agroflorestais e o cultivo de espécies frutíferas na Amazônia. Resumos do V CBA – Revista Brasileira de Agroecologia. Vol. 2. Nº. 2, 2007.			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

PEINEREDO, F. M. **Sistemas Agroflorestais dirigidos pela sucessão natural**. **Boletim Agroecológico**. Nº. 13. 1999. p. 12.

OLIVEIRA, T. K. et al. **Sugestões para implantação de Sistemas Silvipastoris**. Circular Técnica nº. 84. Embrapa Acre. Rio Branco/AC, 2003

RAMOS, S. F. et al. **Sistemas Agroflorestais**: estratégia para a preservação ambiental e geração de renda aos agricultores familiares. Informações Econômicas. São Paulo/SP. V. 39, nº. 6, 2009.

Pré-requisito: Não há




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

7.6 Produção Cartográfica

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CAMPUS LARANJAL DO JARI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGROEXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL</p>		
1. Identificação do Componente Curricular			
Código	COMPONENTE CURRICULAR	CH Teórica	CH Prática
	PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA DE REPRESENTAÇÃO DE PESQUISA EM AGROEXTRATIVISMO	15	25
PERÍODO	1 Semestre		
2. Ementa			
Noções básicas de cartografia. Manipulação do terreno: uso do google Earth, GPS, aquisição de coordenadas. Noções Básicas de geoprocessamento. Sistemas de Informações Geográficas (SIG): Histórico e Conceitos Gerais; Tipos de dados num ambiente SIG; Exemplos de utilização de SIG. Integração de Dados Espaciais. O problema da representação computacional do espaço. Tipos de Dados Geográficos. Estruturas de Dados em SIG. Arquiteturas de SIG. Modelagem de Dados em Geoprocessamento.			
3. Bases Científica e Tecnológica			
Unidades e Discriminação dos Temas			
UNIDADE I	1. Noções Básicas de Cartografia: Formas de orientação, Sistema de Coordenadas, coordenadas geográficas, latitude, longitude, sistemas de coordenadas planas. Representação cartográfica, legenda, escala, cálculo da escala. Projeções cartográficas. Tipos de mapas. Datum.		
UNIDADE II	2. Modelagem Numérica do Terreno: introdução ao uso do google Earth como geotecnologia, suas principais ferramentas, criação de mapas de localização. Tipos de GPS, aquisição de coordenadas, delimitação de terrenos, tabulação das informações.		
UNIDADE III	3. Geoprocessamento Aplicado: Introdução ao Geoprocessamento. Sistema de Informação Geográficas – SIG. Característica dos SIGs. Dados Espaciais. Fontes de Dados. Bases digitais na Internet. Estruturas de Dados: modelos vetorial e matricial. Topologia. Aquisição e Manipulação de Dados. Geocodificação. Gerenciamento de Dados. Integração de Dados. Consulta e Análise Espacial		
4. Avaliação			
Avaliação			
A avaliação será contínua e flexível com no mínimo 2 (dois) Instrumentos Avaliativos na formação de nota quantitativa referente a cada Etapa Avaliativa com os seguintes instrumentos:			
<ul style="list-style-type: none">• Prova• Seminário• Trabalho de pesquisa• Testes• Atividades• Relatórios			
Uma parte da nota será participação (30%) e o restante será os instrumentos avaliativos da etapa (70%). Totalizando 100 pontos por etapa.			
5. Referências			
Referência Básica			
FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de texto, 2008.			
FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica. Nova edição; São Paulo: Oficina de texto, 2008.. (Programa de Capacitação em Gestão de Águas). Disponível em: <http://tsga.ufsc.br/>. Acesso em: 27 mar. 2019.			
Referência Complementar			
MIRANDA, J. I. Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas. Brasília: Embrapa Informacao Tecnologica,2005. 425 p.			
SILVA, J. X. Geoprocessamento para análise ambiental. Rio de Janeiro: O autor, 2001.			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI
7.7 METODOLOGIA CIENTÍFICA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ CAMPUS LARANJAL DO JARI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRO EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
1. Identificação do Componente Curricular			
Código	MATRIZ CURRICULAR	CH Teórica	CH Prática
	METODOLOGIA CIENTÍFICA E LETRAMENTO ACADÊMICO	15	15
PERÍODO	1º SEMESTRE		
2. Ementa			
Reflexões sobre a escrita acadêmica; especificidades da linguagem acadêmica, panorama dos gêneros textuais científicos. Definição de pesquisa e suas classificações. Técnicas de Pesquisa científica: ferramentas e base de dados. Noções básicas sobre normalização de trabalhos acadêmicos (ABNT). Etapas de elaboração do Projeto de Pesquisa e Artigo Científico.			
3. Bases Científica e Tecnológica			
Unidades e Discriminação dos Temas			
UNIDADE I	1.1 A importância e os problemas da produtividade na academia; 1.2 A preparação para a escrita: leitura, técnicas de estudo e planejamento; 1.3 A apresentação do texto: organização, estilo, argumentação e desenvolvimento da discussão. 1.4 As estratégias de revisão textual; 1.5 Noções preliminares sobre os gêneros acadêmicos e sua função social: o projeto, a resenha, o resumo, o artigo; 1.6 Ética na pesquisa com seres humanos; 1.7 A Pesquisa científica com classes populares e povos tradicionais.		
UNIDADE II	2.1 Definição de pesquisa e suas classificações; 2.2 Técnicas, Ferramentas e Programas para elaboração de Pesquisa e Trabalho científico; 2.3 Repositório de Pesquisa - Base de Dados; 2.4 Noções básicas sobre normalização de trabalhos acadêmicos (ABNT); 2.5 Etapas de elaboração do Projeto de Pesquisa e Artigo Científico; 2.6 Submissão de artigo a revista científica.		
4. Referências			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Referência Básica:

Bardin, L.. Análise de conteúdo. São Paulo:Edições, 2011.

BAKHTIN, Mikail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1992.

CERVO, A. L.; SILVA, R.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006, 128p.

FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 12 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade** São Paulo: Parábola Editorial, v. 15, p. 16, 2010.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

GUSTAVII, Björn. **Como escrever e ilustrar um artigo científico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

Referência Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação. Trabalhos acadêmicos. Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação. Trabalhos acadêmicos. Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.


MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

7.8 MANEJO DE FLORESTAS NATIVAS NA AMAZÔNIA

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ CAMPUS LARANJAL DO JARI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRO EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL</p>		
1. Identificação do Componente Curricular			
Código	MATRIZ CURRICULAR	CH Teórica	CH Prática
	MANEJO DE FLORESTAS NATIVAS NA AMAZÔNIA	15	15
PERÍODO	2º SEMESTRE		
2. Ementa			
Os atores sociais no setor florestal amazônico e ecologia de comunidades e ecossistemas. Políticas públicas no setor florestal. O Manejo Florestal empresarial e comunitário na Amazônia. Visão sistêmica da gestão dos recursos florestais. Aspectos técnicos do manejo florestal: avanços e desafios. Espécies florestais potenciais para novos mercados. Projetos de manejo e uso múltiplo das florestas. Manejo e Cadeias produtivas do Açaí, Castanha da Amazônia, Cipó-titica e outros produtos amazônicos.			
3. Bases Científica e Tecnológica			
Unidades e Discriminação dos Temas			
UNIDADE I	1. Contextualização e conhecimentos necessários ao manejo: História e desenvolvimento do manejo de florestas nativas. Política e legislação aplicada ao manejo florestal. Exploração de impacto reduzido (EIR), ciclos de corte e sistemas silviculturais (polícíclico) para manejo madeireiro.		
UNIDADE II	2. Manejo Florestal empresarial e comunitário na Amazônia: Introdução MFS. PMFS de uso múltiplo. Planejamento do manejo em florestas nativas. Operações de Manejo. Operações de Transporte. Controle das operações. Modelos de crescimento. Novas tendências no manejo de florestas tropicais úmidas (manejo por espécie ou grupo ecológico, modelo digital de exploração florestal – MODEFLORA, LIDAR e DRONE). A realidade do manejo madeireiro ou da falta de manejo no Amapá, o caso da floresta de várzea e o caso dos assentamentos, A FLOTA e as concessões florestais		
UNIDADE III	3. Manejo de uso múltiplo: Estudo de casos do manejo de florestas nativas na Amazônia (florestabilidade). Manejo e Cadeias produtivas do Açaí, Cipó-Titica e Castanha da Amazônia.		
4. Referências			
Referência Básica:			
AMARAL, P.; VERÍSSIMO, A.; BARRETO, P.; VIDAL, E. Floresta para Sempre: um Manual para Produção de Madeira na Amazônia . Belém: Imazon, 1998, 130p.			
HIGMAN, S.; MAYERS, J.; BASS, S.; JUDD, N.; NUSSBAUM, R. Manual do Manejo Florestal Sustentável . Viçosa: editora UFV, 2015. 398 p.			
RIGAMONTE-AZEVEDO, O.C., WADT, P.G.S.& WADT, L.H.O. Copaíba: ecologia e produção de óleo resina . Rio Branco, Documentos 91, Embrapa. 28p. 2004.			
Referência Complementar:			
AMARAL, P. & AMARAL N., M. Manejo florestal comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina . Belém: IEB, Imazon. 82p. 2005.			
Belém: Imazon. 141 p. 2005.			
LENTINI, M.; PEREIRA, D.; CELENTANO, D.; PEREIRA, R. Fatos Florestais da Amazônia . Imazon. 304 p. il. 2005a. 348p.			
SCHNEIDER, P.R. Introdução ao Manejo Florestal . Santa Maria: CEPEF/FATEC/UFSM. 1993.			
SCHNEIDER, P.R. Manejo Florestal: Planejamento da Produção Florestal . Santa Maria: CEPEF/FATEC/UFSM. 2002. 492p.			
SHANLEY, P. & MEDINA, G. Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica . Belém: Cifo			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

7.9 MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ CAMPUS LARANJAL DO JARI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRO EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
1. Identificação do Componente Curricular			
Código	MATRIZ CURRICULAR	CH Teórica	CH Prática
	MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOSHÍDRICOS	15	15
PERÍODO	1º SEMESTRE		
2. Ementa			
Conceitos gerais dos recursos hídricos. Gestão de uso e reúso dos recursos hídricos. Práticas de conservação da água e do solo.			
3. Bases Científica e Tecnológica			
Unidades e Discriminação dos Temas			
UNIDADE I	1. Conceitos gerais dos recursos hídricos: Ambientes aquáticos de água doce, Estuários e Oceanos. Bacia hidrográfica. Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos. Técnicas e práticas de gestão de bacias hidrográficas a partir de seus comitês.		
UNIDADE II	2. Gestão de uso e reúso dos recursos hídricos: Gestão do reúso de água agrícola e florestal. Poluição Aquática e metodologias de análise. Reúso de água e potenciais perigos e riscos à saúde humana e ao meio ambiente. Indicadores de qualidade hídrica em unidades agroextrativista		
UNIDADE III	3. Práticas de conservação da água: erosão hídrica, terraceamento, recuperação de nascentes degradadas e tratamento de efluentes.		
4. Referências			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Referência Básica:

ARRUDA, Carla Silveira; SILVEIRA, Iracylene Pinheiro; PAGANI, Caio Henrique Patrício; XIMENES, Claudia Cleomar; GASQUES, Cleber Max Vieira; CARMELLO, Nubia. Rios Branco e Colorado: da Mobilização à Implantação do Comitê de Bacia Hidrográfica. In: **WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**, 7, Manaus, 02 a 05 de outubro de 2019 / Carlossandro Carvalho de Albuquerque; Ieda Hortêncio Batista, Organizadores. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p. 1493-1501.

ATTANASIO, C.M. **Planos de manejo integrado de microbacias hidrográficas com uso agrícola: uma abordagem hidrológica na busca da sustentabilidade**. Tese de doutorado apresentada na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – USP. Piracicaba, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989**. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm> Acesso em: 2022.

CARMELLO, Nubia; MARÇAL, Mônica ; LIMA, Luis Fernando Maia. **Desafios para uma gestão ambiental dos recursos hídricos do estado de Rondônia**. *Revista GeoNordeste*, 2010, p. 49-65.

CARMELLO, Nubia; PENHA, Miguel; PUJOL, David Saurí, STACHM, Rosalvo; LIMA, Luis Fernando Maia; ARRUDA, Carla; CARNIATTO, Irene; XIMENES, Cláudia; PIERA, Francyne Elias; PINHEIRO, Iracylene; OLIVEIRA, Francisco José; STACHIW, Rosani; MAX, Cleber; JUNIOR, Elio Jacob Hennrich; CUNHA, Joaquim. **Indicadores de insustentabilidade hídrica na Amazônia: mobilização de todos os setores para implantação da gestão das águas no estado de Rondônia – Brasil**. *Revista Científica Monfrague Desarrollo Resiliente*, 2015.

MERTEN, G. H., MINELLA, J.P. Qualidade da água em bacias hidrográficas rurais: um desafio atual para a sobrevivência futura. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 2002. 33-38 p.

Resoluções

[Resolução CONAMA nº 357/2005](#)

[Resolução CNRH nº 91/2008](#),

[Resolução CONAMA nº 396/2008](#),

Bibliografia Complementar:

LIMA, W.de P. **Hidrologia florestal aplicada ao manejo de bacias hidrográficas**. Piracicaba, 2008. Disponível em: <<http://www.ipef.br/hidrologia/hidrologia.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2017.


VON SPERLING, M. **Princípios do tratamento e destinação de efluentes líquidos da agroindústria**. Brasília – DF: ABEAS, Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior, 1996. 92 p.

OLIVEIRA, Thiago Castro; DARÓS, Magda Aparecida Leonardelli; CARMELLO, Nubia. **INSTRUMENTO PARA GESTÃO HÍDRICA: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA PRODUÇÃO IRRIGADA NO ESTADO DE RONDÔNIA**. Amazônia: diálogos integrados de gestão fluvial e recursos hídricos. Ituiutaba, MG: Editora Zion, 2022. Acessível em: https://drive.google.com/file/d/1KxeHt_qxw_5dqp91DByWrJ7hq5yHHvWK/view.

ESPÍNDOLA, Evaldo e WENDLAND, Edson (ORGS). **Bacia Hidrográfica – Diversas Abordagens em Pesquisa**. Programa de Pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental CRHEA-SHS-EESC-USP. São Paulo: RIMA. 2004. 412p.




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI
7.10 ESTATÍSTICA EXPERIMENTAL

	<div>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</div> <div>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</div> <div>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ</div> <div>CAMPUS LARANJAL DO JARI</div> <div>CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRO EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL</div>		
1. Identificação do Componente Curricular			
Código	MATRIZ CURRICULAR	CH Teórica	CH Prática
	ESTATÍSTICA EXPERIMENTAL	15	15
PERÍODO	1º SEMESTRE		
2. Ementa			
Definições de conceitos estatísticos e princípios experimentais, análise de Variância e Testes de hipóteses; Delineamentos experimentais, tais como: Delineamento Inteiramente Casualizado (DIC); Delineamento Casualizado em Blocos (DCB); Experimentos Fatoriais e; Experimentos em parcelas subdivididas; Análise de dados e Utilização de programa estatístico computacional.			
3. Bases Científica e Tecnológica			
Unidades e Discriminação dos Temas			
UNIDADE I	1. Introdução e Conceitos gerais: Estatística descritiva: Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Histogramas de frequência. Alguns Conceitos das experimentações. Classificação dos Experimentos. Tipos de Experimentos. Tipos de Variações. Etapas de um Experimento. Princípios Básicos de Experimentação.		
UNIDADE II	2. Análises de variância e testes de hipóteses: Análise de Variância; Suposições da Análise de Variância; Transformações de Dados; Testes de Hipóteses- Teste F, Teste t, Teste d e Tukey, Teste de Duncan, o Teste de Scheffé.		
UNIDADE III	3. Delineamento de Experimentos. Delineamento Inteiramente Casualizado (DIC). Delineamento Casualizado em Blocos (DCB). Experimentos Fatoriais e; Experimentos em parcelas subdivididas. Utilização de programas de computador para análise e realização de trabalhos estatísticos.		
4. Referências			
Referência Básica:			
BARBIN, D. Planejamento e Análise Estatística de Experimentos Agronômicos . 2 ed. Londrina-PR: Mecnas, 2013. 214 p.			
PIMENTEL-GOMES, F. Curso de Estatística Experimental . 15 ed. Piracicaba – SP: Fealq, 2009. 451 p.			
FERREIRA, P. V. Estatística experimental aplicada à agronomia . 3ºed. Alagoas: Edufal, 2000. 422 p.			
Referência Complementar:			
FERREIRA, D. F. Estatística Básica . 2ºed. Lavras-MG: UFLA, 2009. 663 p.			
FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. Curso de estatística . 6 ed. São Paulo-SP: Atlas, 2012. 322 p.			
MOORE, D. S.; NOTZ, W. I.; FLIGNER, M. A. A Estatística Básica e sua Prática . 6º ed. São Paulo-SP: LTC, 2014. 584 p.			
VIEIRA, S. Análise de variância: anova . 1 ed. São Paulo-SP: Atlas, 2006. 216 p.			
VIEIRA, S. Elementos de estatística . 5 ed. São Paulo-SP: Atlas. 2012. 160 P.			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

7.11 ETNOBOTÂNICA E BIOPROSPECÇÃO NA AMAZÔNIA

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ CAMPUS LARANJAL DO JARI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGROEXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. Identificação do Componente Curricular			
Código	MATRIZ CURRICULAR	CH Teórica	CH Prática
	ETNOBOTÂNICA E BIOPROSPECÇÃO NA AMAZÔNIA	15	15
PERÍODO	2º SEMESTRE		
2. Ementa			
Bases conceituais para uma visão sistêmica das cadeias produtivas. Empreendedorismo e gestão de custos.		Principais cadeias produtivas locais.	
3. Bases Científica e Tecnológica			
Unidades e Discriminação dos Temas			
UNIDADE I	1. Etnobotânica, Enotaxonomia e etnoclassificação: Definição, importância e Medidas da biodiversidade. Desenvolvimento histórico da Etnobotânica. Métodos e técnicas para a coleta de dados (qualitativos e quantitativos), Autorizações e uso de informações. Perspectiva mundial da Etnobotânica. Populações tradicionais e conservação biológica. Enotaxonomia e etnoclassificação. Manejo e domesticação de plantas. O homem e sua visão sobre a vegetação da Amazônia.		
UNIDADE II	2. Utilização de plantas e dos principais produtos não madeireiros: Plantas e suas categorias de uso. Famílias de plantas de interesse relevante. Espécies nativas da Amazônia utilizadas na alimentação, construção, ferramentas, medicina, artesanato, cosmética, ornamentação e cultura e religiosidade. Panorama dos principais PFNMs: resina de pinus, borrachas (látex), gomas não-elásticas, ceras, fibras, cascas, cortiças, tanino, óleos (Andiroba, babaçu, pau rosa, copaíba), produtos alimentícios (Raízes, caules, folhas, palmitos), Frutas (Açaí, Bacuri, Camu-Camu, Baru, Cupuaçu, Cacau, Jatobá, Mangaba e Pequi) aromáticos, medicinais, tóxicos, corantes, óleos essenciais e sementes (castanhas ou para artesanato). Novos PFNMs e seus potenciais.		
UNIDADE III	3. Bioprospecção na Amazônia: Uso e compreensão da biodiversidade através das suas biomoléculas; principais classes de metabólitos secundários utilizados como defesa por plantas e micro-organismos (terpenos, fenilpropanoides, fenóis, lignanas, cumarinas, flavonoides, taninos, alcaloides e outros); principais métodos de extração, isolamento e identificação de moléculas bioativas. Prospeção e coleta de material biológico. Bancos e coleções botânicas e de germoplasma. Estudo das possíveis atividades biológica de produtos naturais. Retorno da pesquisa etnobotânica para as comunidades.		
4. Referências			
Referência Básica:			
ALBUQUERQUE U. P.; LUCENA, R. F. P. Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica . Recife, Nupeea, 2010, 560 p. RICKLEFS, R. E. A economia da natureza . 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2010. 572 p. DI STASI, L.C. (org.). Plantas medicinais: arte e ciência. Um guia de estudo interdisciplinar . Editora da Universidade Estadual Paulista. São Paulo - SP. 1996.			
Bibliografia Complementar:			
PRIMACK, R. B.; Rodrigues, E. Biologia da Conservação . Edição 1ª, Editora Planta, 2001. AZEVEDO, C.M.A. <i>Bioprospecção: coleta de material biológico com a finalidade de explorar os recursos genéticos</i> . Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. CETESB, São Paulo. 2003. WALTER, B.M.T.; CAVALCANTI, T.B. Fundamentos para a coleta de germoplasma vegetal . Brasília-DF:			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2005. 778p.

BOREM, A.; LOPES, M.T.G.; CLEMENT, C.R. 2009. Domesticação e melhoramento: espécies amazônicas. Editora da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa - MG.

SIMÕES, C. M. O.; SCHENKEL, E. P.; GOSMAN, G.; MELLO, J. C. P.; MENTZ, L. A.; PETROVICK, P. R.

Farmacognosia: da Planta ao Medicamento. 6. ed. Porto Alegre/Florianópolis: Editora da UFRGS/Editora da UFSC, 2007.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

7.12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

<div></div> <div>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ CAMPUS LARANJAL DO JARI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRO EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL</div>			
1. Identificação do Componente Curricular			
Código	MATRIZ CURRICULAR	CH Teórica	CH Prática
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – ARTIGO CIENTÍFICO	30	30
PERÍODO	3º SEMESTRE		
2. Ementa			
Orientação de trabalho acadêmico tipo artigo científico elaborado à luz do princípio científico e educativo, sustentado em processo de investigação sobre determinada realidade, questão ou problemática detectada pelo aluno no decorrer de seu processo formativo, solidificado nos diferentes momentos de Metodologia da Pesquisa.			
3. Bases Científica e Tecnológica			
Unidades e Discriminação dos Temas			
UNIDADE I	ELABORAÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO 1.1 Como elaborar um artigo científico: 1.1.1 Título 1.1.2 Introdução 1.1.3 Objetivo		
UNIDADE II	2.1.1 Referencial Teórico 2.1.2 Metodologia 2.1.3 Análise (s) e Resultado(s) 2.1.4 Conclusão / Considerações Finais		
UNIDADE III	2.1.5 Submissões de artigos científicos a revistas da área e suas metodologias de formatação. 2.1.6 Organização de slide e postura de apresentação de trabalho científico presencial e online.		
4. Referências			
Referência Básica:			
ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. Como fazer monografias: tcc, dissertações e teses. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.			
COSTA, Eduard Montgomery Meira. Escrevendo Trabalhos de Conclusão de Cursos: guia para escrever teses, monografias, artigos e outros textos. 2. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda., 2012.			
MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.			
Referência Complementar:			
MEDEIROS, J. B. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.			
PDI. Plano de Desenvolvimento Institucional. Instituto Federal do Amapá - IFAP, 2019-2023.			
SCHNEIDER, P.R. Manejo Florestal: Planejamento da Produção Florestal. Santa Maria: CEPEF/FATEC/UFSM. 2002. 492p.			
SOUSA, W. P. A dinâmica dos sistemas de produção praticados em uma Unidade de Conservação de Uso direto na Amazônia – a Reserva Extrativista do Rio Cajari no Estado do Amapá. Dissertação (mestrado). Universidade.			




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

8. DISCIPLINA OPTATIVA

As disciplinas optativas não são obrigatórias, porém, serão ofertadas como modulo especial e constará no currículo final do pos graduando.

8.1 SABERES, CULTURA, EDUCAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES NOS MODOS PRODUTIVOS NO SUL DO AMAPÁ

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ CAMPUS LARANJAL DO JARI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRO EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
1. Identificação do Componente Curricular			
Código	MATRIZ CURRICULAR	CH Teórica	CH Prática
	SABERES, CULTURA, EDUCAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES NOS MODOS PRODUTIVOS NAS COMUNIDADES AGROEXTRATIVISTAS NO SUL DO AMAPÁ	10	10
PERÍODO	2º SEMESTRE		
2. Ementa			
Compreender as Instituições Produtivas e ciclo produtivo do sul do Amapá como espaço e momento de manifestação de saberes populares historicamente produzidos e socialmente reproduzidos pela comunidade sul do Amapá.			
3. Bases Científica e Tecnológica			
Unidades e Discriminação dos Temas			
UNIDADE I	CULTURA E AS CADEIAS PRODUTIVAS DO SUL DO AMAPÁ: Compreender por meio da história oral como as cadeias produtivas influenciam historicamente e economicamente a cultura de trabalhadores do sul do Amapá.		
UNIDADE II	EDUCAÇÃO E AS CADEIAS PRODUTIVAS: Evidenciar a forma de como o conhecimento popular é perpetuado historicamente nas comunidades do sul do Amapá.		
UNIDADE III	SABERES EXPERIÊNCIA FEITOS DE TRABALHADORES DA FLORESTA DO SUL DO AMAPÁ: Compreender por meio da história oral como as cadeias produtivas influenciam historicamente e economicamente a vida de trabalhadores do sul do Ampá		
4. Referências			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Referência Básica:

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação como Cultura**. 2017.
CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Referência Complementar:

ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Monica Castagna: **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis. R.J. Vozes – 2004.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 2022.
_____, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
SOUZA, A. L.; SOARES, C. P. B. **Florestas Nativas**. Viçosa: editora UFV, 2013. 322 p.

Documento Digitalizado Público

PPC do Curso de Pós-graduação lato sensu em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional

Assunto: PPC do Curso de Pós-graduação lato sensu em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional
Assinado por: Diego Silva
Tipo do Documento: EDITAL
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Mídia

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Diego Armando Silva da Silva, DIRETOR DE DEPARTAMENTO - CD0004 - DEPPI-LRJ**, em 28/03/2023 00:08:45.

Este documento foi armazenado no SUAP em 28/03/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 63138

Código de Autenticação: e2bafbada9

